



AUTORIZA o Poder Executivo a contratar operação de financiamento externo com Organismo Multilateral de Crédito até o valor de US\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares) para a execução do Projeto de Expansão e Melhoria Educacional da Rede Pública Municipal de Manaus – PROEMEM.

À CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de financiamento internacional com Organismo Multilateral de Crédito até o valor de U\$ 52,000,000.00 (cinquenta e dois milhões de dólares) para a execução do Projeto de Expansão e Melhoria Educacional da Rede Pública Municipal de Manaus – PROEMEM.

§ 1º O valor definido no *caput* deste artigo refere-se ao valor autorizado por meio de Carta de Recomendação emitida pela Comissão de Financiamentos Externos – COFLEX, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em dólares americanos.

§ 2º A contrapartida a ser aplicada pelo Município na execução do Programa, com recursos próprios, deverá ser no mínimo equivalente ao financiamento definido no *caput* deste artigo.

Art. 2º Os prazos de amortização e carência, os encargos financeiros e outras condições de vencimento e liquidação da dívida a ser contratada obedecerão às condições estabelecidas no contrato a ser firmado com o Organismo Multilateral de Crédito, com garantia da União e atendendo às normas emanadas pelas autoridades monetárias federais, notadamente a Secretaria de Assuntos

Internacionais – SEAIN, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

Art. 3º O Poder Executivo fica autorizado a vincular como contragarantia à União as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 156 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do artigo 167, bem como outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º Os recursos provenientes de Operação de Financiamento serão consignados como receita no orçamento ou créditos adicionais.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Limites da Capacidade de Endividamento do Município de Manaus
Abril/20014

Data Base: 30/04/2014	R\$ 1,00
1. Receita Corrente Líquida - RCL (últimos 12 meses)	3.435.599.729,83
2. Limite Global (120% s/ RCL)	4.122.719.675,80
2.1. PMAT 3 (BNDES) (-)	70.000.000,00
2.2. PRO-TRANSPORTE (CEF) (-)	65.159.649,01
2.3. PMCMV (Banco do Brasil) (-)	32.000.000,00
2.4. PROEMEM (BID) (-)	115.000.000,00
2.4. Limite para outros Financiamentos (=)	3.840.560.026,79
3. Limite de Ingresso Anual (16% s/ RCL) (-)	528.509.306,11
Empréstimos Contraídos	
3.1. Ingresso do PMAT 3 (2014) (-)	24.500.000,00
3.2. Ingresso do BRS (2014) (-)	30.000.000,00
3.3. Ingresso do PMCMV (2014) (-)	7.840.000,00
3.4. Operações de Crédito já Contratadas (2014) (-)	88.000.000,00
3.5. Ingresso do PROEMEM em 2014 (-)	-
3.5. Limite de Ingresso para Outros Financiamentos (=)	378.169.306,11
4. Limite de Pagamento Anual (11% s/ RCL)	377.915.970,28
5. Limite de ARO (7% s/ RCL)	240.491.981,09
FONTE: Balançati / Afim 2014-Defin/Div	
Data: 10.06.2014	

Lourival L. da Silva
Lourival L. da Silva
Subsecretário de Planejamento e
Projeto da SEMEF

À Diretoria Legislativa para análise e providências cabíveis

Bosco Saraiva
Presidente da CMM

11/06/14

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

É com elevada honra que submeto à apreciação de Vossas Excelências e à superior deliberação do Plenário dessa Augusta Casa Legislativa, o anexo Projeto de Lei que **"AUTORIZA o Poder Executivo a contratar operação de financiamento externo com Organismo Multilateral de Crédito até o valor de US\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares) para a execução do Projeto de Expansão e Melhoria Educacional da Rede Pública Municipal de Manaus – PROEMEM"**.

O Projeto visa essencialmente melhorar permitir ao Executivo Municipal a obtenção de recursos por meio de acesso a financiamento externo, com vistas a operacionalizar o Projeto de Expansão e Melhoria Educacional da Rede Pública Municipal de Manaus - PROEMEM, cujo foco é a melhoria do rendimento e do desempenho escolar dos alunos da rede pública municipal de ensino, aprimorando as medidas que a presente gestão tem adotado para cumprir os comandos que lhe competem na matéria educacional.

Nesse sentido, importante destacar que a Constituição Federal, em seu art. 211, § 2º, prescreve que "os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil". No § 3º do mesmo artigo impõe aos Estados e ao Distrito Federal a "atuação prioritária no ensino fundamental e médio". No entanto, o mesmo dispositivo, em seu § 4º, obrigado os mesmos

entes a estabelecer regime de cooperação para assegurar a universalização do ensino, particularmente no que tange à organização de seus respectivos sistemas.

Por outro lado, a Lei nº 9.394/96, em seu art. 11, inciso V, prescreve caber ao Município oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência.

Neste diapasão, o Poder Público, principalmente por conta do crescimento exponencial da demanda, particularmente em um município como Manaus, no qual a ocupação desordenada de áreas na periferia reclamam cada vez mais equipamentos públicos para oferta de serviços básicos, como educação e saúde, não pode deixar de cumprir sua função precípua, ou seja, procurar atender à necessidade da comuna, neste caso no que concerne à oferta de estrutura escolar apta a atender aos moradores das localidades onde sejam reclamadas.

Assim, a instituição do Projeto de Expansão e Melhoria Educacional da Rede Pública Municipal de Manaus – PROEMEM, aprovado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/COFIEX/SEAIN (105ª Reunião-Recomendação nº 11/0105, de 25 de abril de 2014), tem por premissa fundamental a expansão do acesso à educação básica (infantil e fundamental) por meio da construção de 72 (setenta e duas) unidades de ensino de educação básica, além do fortalecimento e melhoria da qualidade da educação através de projetos pedagógicos e reforço escolar, aceleração da aprendizagem, seleção e formação de professores-formadores, gestão, monitoramento e avaliação do desempenho escolar de Manaus.

Diante do exposto, essencial o apoio indispensável dessa nobre Casa para autorizar a obtenção do financiamento em pauta, vez que será *conditio sine qua non* à operacionalização plena do PROEMEM, considerando que este Projeto efetiva o compromisso da Prefeitura de Manaus em atender e oferecer com eficiência a Educação Básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental) à sociedade manauara e a aprovação desta matéria,

indubitavelmente, constituirá importante marco para o desenvolvimento educacional da rede publica municipal.

Por essas razões, é que espero a necessária aprovação do projeto de lei anexo, **sob o regime de urgência**, na forma do art. 64 da LOMAN, após discussão e votação por esse Poder Legislativo.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos ilustres Senhores Vereadores expressões de distinguido apreço e elevada consideração.

Manaus, 13 de junho de 2014.



ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO
Prefeito de Manaus